

EM BUSCA DO TEMPO FUTURO

*Enéas Costa de Souza**

A conjuntura que o País vive com a vinda de Marcílio Marques Moreira para o comando da economia tem o clima de uma experiência de laboratório num momento grave. Será que algo de novo pode acontecer na economia brasileira? O Ministro sabe da conjuntura e age como bom mineiro, trabalha em silêncio. Sua aposta sempre foi evidente. Vamos examinar, então, o contexto no qual essa estratégia se fez e se faz. Essa conjuntura de agora é exemplar porque nos traz à superfície as estruturas que, atuando de forma latente, se expressam por esse tumulto que é a hiperinflação e seu avesso, o choque recessivo. Essas estruturas são dinâmicas e aparecem sob a forma de contraste: mundialização da economia, reorganização industrial e novo Estado Nacional de um lado; seus reflexos no Brasil, falência do sonho de ser potência do Primeiro Mundo, perda da participação na primeira onda da renovação tecnológica da atual Revolução Industrial, continuada liquidação do Estado Desenvolvimentista, de outro. Olhada a relação entre os diversos setores sociais, como efeito dessas estruturas, vemos uma severa luta social. A conjuntura da chegada do novo Ministro da Economia tem uma herança positiva: a retomada da produção proporcionada pelo choque recessivo. O rosto dela tem tudo para ser o de uma aparição efêmera, já que o tema do crescimento sustentado passa pelo investimento. E ele não está presente na situação vigente. Todavia o momento é precioso — e vamos insistir na sua exemplaridade. A conjuntura que corre põe e revela o movimento das estruturas econômicas políticas e sociais do tempo contemporâneo. Algumas verdades estão definidas a nível estrutural — na realidade mundial e no Brasil. E elas estão se fazendo cada vez mais evidentes nas conjunturas. Por isso, a nossa coloca também uma nova estratégia, que

* Economista da FEE.

se abre para a Nação, quando ela começa a enfrentar a realidade que insiste.

1 - A revolução capitalista e a mundialização da economia

Para melhor apreendermos essa situação, temos que examinar o que se passou com o capitalismo. Antes de mais nada, a partir dos anos 70, a economia mundial tinha entrado num período de grandes explosões - principiando pela crise do petróleo - e de grandes transformações - emergência de novas tecnologias, com crescente importância da microeletrônica. Essas mudanças vinham apoiadas por um extraordinário movimento especulativo financeiro, desde a derrubada do dólar-ouro, do choque dos juros até o predomínio da moeda particular dos bancos sobre a moeda estatal norte-americana no atual circuito internacional.

Com isso, foi se constituindo lentamente, através da internacionalização das empresas e dos bancos, uma nova revolução capitalista, cujo efeito devastador e irreversível imprime diversas características, a começar pelo fenômeno da reorganização de toda a economia planetária. Estamos numa outra era da História, e três aspectos são marcantes: (a) uma economia de produção mundial (b) com circuitos monetário-financeiros autônomos e que provocam (c) uma diminuição da autonomia relativa dos Estados Nacionais.

Anteriormente (1890-1968-71), a economia internacional era um conjunto de economias nacionais, que, através do comércio exterior, organizava uma economia mundial mercantil. O capitalismo busca sempre novos itinerários para a expansão de sua riqueza. Dessa forma, como no interior do inverno já brota a primavera, essa economia de base mercantil prosseguiu se transformando através das exportações de capitais. E hoje nós temos uma realidade profundamente diferente: as firmas se multinacionalizaram, criando um espaço de produção mundial. Esse espaço está se tornando descolado do nacional, embora, muitas vezes, miscigenado com ele, mas, em outras tantas, em profundos conflitos com o mesmo, resultado da autonomia que está conquistando. São consequências como as produções multi-domésticas e mundial das empresas, o comércio entre matriz e filiais dessas multinacionais, a constituição de blocos econômicos regionais entre países vizinhos (Nova Europa, Canadá-USA-México, Bloco Asiático) que mostram a evidência

desse novo e mais amplo espaço da economia. Um espaço que se reforça e se agiganta com o estabelecimento de um sistema financeiro internacional que criou mercados independentes dos nacionais (através do eurodólar, do asiandólar, etc.) e que, no bojo dessa planetarização, acentuou o predomínio da moeda dos capitais privados sobre a moeda dos Estados Nacionais, seja pela organização dos mercados já citados acima, seja pela expansão dos cartões de crédito a nível internacional, seja, ainda, pela ausência de controle de Bancos Centrais em inúmeros circuitos desse sistema.

Podemos, a esta altura, sentir uma ação corrosiva e ácida dessas metamorfoses sobre as estruturas políticas e materiais das nações e seus Estados. Sem dúvida, ocorre uma diminuição da autonomia relativa delas e deles. A soberania nacional torna-se poluída e varejada pela fuga progressiva do controle da moeda e dos circuitos monetário-financeiros; pela necessidade de coordenar sua política econômica com outras nações, como acontece com os países do Primeiro Mundo; pela abdicação de uma política industrial nacional para uma política industrial centrada nas empresas; etc. E podemos até considerar que, se esses pontos provocam a incapacidade do Estado Nacional em ter o predomínio da condução dos negócios na sua esfera, outros atos seus, com o apoio institucional, financeiro e político à trajetória de multinacionalização de suas empresas, alimentam a sua autofagia inevitável.

Revolução capitalista, sem dúvida, pois esses fenômenos — produção mundial, internacionalização dos bancos e seus mercados e diminuição do poder dos Estados Nacionais — são resultados de uma etapa histórica, mas são também elementos que estão em processo nesta outra era, nesta fascinante, inquietante e criticável mundialização, onde a contradição básica está entre essa tendência à mundialização e a tendência contrária da nacionalização, contradição que certamente marcará os tempos adventícios, com inúmeros avanços e diversos retrocessos.

Neste artigo, queremos enfatizar duas questões que rebatem, no momento, fortemente sobre o Brasil: a reorganização industrial, tanto a partir das novas tecnologias quanto da organização e administração da produção, e a reorganização do Estado Nacional nesta etapa da mundialização.

2 - Reorganização industrial do capitalismo

O capitalismo é como algumas serpentes que mudam de pele e ficam prontas para novas ações na floresta da civilização moderna. Essas mudanças de pele têm o nome de Revolução Industrial, que alteram a estrutura produtiva através da introdução de novas tecnologias. Centrado na microeletrônica, o novo padrão de acumulação de capital baseia-se em desenvolvimentos da informática, da biotecnologia, novos materiais, química fina, mecânica de precisão, etc. Ao mesmo tempo, que a automação, a robotização, os métodos japoneses de reorganização do trabalho — "just-in-time" e "kanban" — a informatização da produção e da administração incrementam uma nova realidade fabril e do tecido entre as indústrias.

A chave da reformulação industrial continua no setor de bens de capital que comanda a dinâmica da economia. Com a união da mecânica e da eletrônica, constituindo a mecatrônica, a microeletrônica tem um papel decisivo na produção dos novos equipamentos que se espalham pelas empresas de todos os setores. O resultado faz-se palpável através de um aumento na produtividade e na qualidade das mercadorias, causando uma efetiva multiplicação na eficiência e na eficácia em todo o sistema produtivo. A significação dessa ação vai no sentido de um desempenho mais competitivo de toda a produção de um determinado país.

Junto com a mudança tecnológica dos equipamentos e com um amplo processo de automação fabril, a tecnologia do "just-in-time" e do "kanban" efetua grandes diferenças nos processos de trabalho industrial. A organização funciona à base de minifábricas, com células produtivas, autônomas, flexíveis, fabricando peças com todos os trabalhadores participando de todas as tarefas de produção de uma referida peça, operário polivalente. A relação entre as células dá-se por uma comunicação chamada "kanban" (fichas), que determina as necessidades da célula produtora em relação à(s) célula(s) fornecedora(s). O importante é que o processo é pensado a partir da demanda final, ou seja, quanto precisa ser produzido hoje. E, em função desse número (inclusive para lotes específicos), planejar-se o esquema de ordens ("kanban") que segue da secção final às demais secções, fazendo com que os componentes, as matérias-primas, etc. estejam presentes na hora certa e na quantidade desejada. Esse processo permite um fluxo de produção, onde o desperdício é diminuído, destacando-se um controle de qualidade já no decorrer do processo produtivo da fábrica.

Essa forma de organização industrial — onde se inclui o círculo de controle de qualidade — tem repercussões que transcendem a singularidade de uma unidade empresarial, que provocam efeitos em cadeia, culminando por se estenderem através de toda a malha industrial.

3 - O estado da mundialização

Há uma inter-relação entre a economia e a política, mas ela não é uma ligação mecânica. Quando se analisa o Estado keynesiano ou o Estado social-democrata, avaliamos o esforço dessa construção, esforço que se fez ao longo da história dos anos 30 até a falência desse modelo, no final dos 70. O Estado keynesiano foi um Estado democrático, mas forte, planejador parcial, com uma política de investimentos públicos e com a criação de uma feição social-democrata, a do Welfare State. Esse Estado acompanhou a recuperação capitalista na recessão de 30, na Grande Guerra de 1939-45 e no "boom" do Pós-Guerra, até deu os primeiros amparos à internacionalização das firmas e dos bancos, principalmente nos Estados Unidos; organizou a relação capital/capital para assegurar a expansão pioneira da produção em todas as partes do Mundo, ao mesmo tempo em que deu à relação capital/trabalho uma estabilidade e atenções sociais inigualáveis na história do capitalismo.

Quando, numa etapa histórica, se define determinado tipo de Estado, ele se espraia por toda a estrutura das sociedades da época. Só que há matizes e há formas diferenciadas. No caso do Estado keynesiano, ele foi fundamental para o capitalismo avançado, porém essa forma teve que se adaptar para cada país e sofreu uma adaptação mais radical, quando se analisa a sua realização em nações do capitalismo tardio. Assim, ele corresponde, no Brasil, ao Estado Desenvolvimentista, onde foi um Estado além de autoritário (com a presença de ditaduras), um Estado planejador, produtor, empregador e uma faceta populista.

Hoje, a situação revela-se complexa, uma vez que, na questão do Estado, a contradição mundialização e nacionalização apresenta algumas características já nítidas:

- a) ao menos nesta primeira etapa do longo trajeto da mundialização, o que se percebe é que o espaço da produção industrial ainda está numa fase de construção, embora ele já tenha uma face autônoma, conjugada com outra integrada, e uma terceira em

flagrante conflito com o espaço nacional. E essa construção está ainda numa fase pioneira, se não introdutória. Apesar disso, já existem espaços que ultrapassam os Estados Nacionais, como o caso da "Nova Europa", mas ainda não institucionalizados. De qualquer modo, ainda não apareceu nada que controle politicamente a mundialização, que fica sendo uma arquitetura produzida pelos processos individuais, muitas vezes convulsos, das firmas e dos bancos multinacionais. Esse processo, no entanto, vai exigir, com toda a força política que se possa imaginar, organizações de controles monetário, financeiro, ambiental, social, político, etc. no longo de seu percurso. Atualmente, já são estabelecidas formas de discussão para uma certa regulamentação dos efeitos da mundialização, principalmente na economia, como é o caso da coordenação das políticas econômicas dos Estados avançados, já citada (não se deve excluir no longo processo de mundialização uma etapa onde os blocos regionais de países possam formar, institucionalmente, uma forma política de fronteiras além dos Estados Nacionais);

- b) o Estado Nacional, hoje, está atravessado pela violência do circuito monetário-financeiro e pela presença do sistema produtivo, que adquire uma configuração planetária. Esse Estado se reformula em termos de "intervenção" e tem uma estrutura material que vai se formando progressivamente, enquanto dissolve outras, para ser capaz de responder às questões que inquietam, como pedra irradiante, a nova sociedade capitalista. O Estado Nacional da mundialização da economia terá que dar respostas aos desafios oriundos da automação (inclusive automação global das fábricas); das gestões mais ou menos democráticas do modelo japonês de reorganização industrial; da nova composição dos assalariados e suas diversas demandas; da internacionalização de parte de suas elites; do desemprego industrial, agrícola e de serviços (com a liquidação da questão do pleno emprego); da presença irreversível e incontornável da mídia na formação de um novo real; da informatização na reorganização da comunicação e da informatização entre as nações; da própria infor-

matização na reestruturação das novas burocracias, na tentativa também de eliminar os corporativismos atuais; do ressurgimento de um novo individualismo na sociedade humana; do crescimento de um novo misticismo e de novas formas religiosas; etc. Essas formas estão já em seu desenvolvimento, algumas mais avançadas que outras, mas provocando transformações, mudanças, acusando um novo tempo nas organizações dos Estados Nacionais. E essas questões vão além e caem num espaço mundial, exigindo outros tipos de soluções que as nacionais. Podemos então dizer que esse Estado é um Estado Nacional da mundialização ou, afirmando pitoresca e polemicamente, um Estado do "just-in-time" e do "kanban", detectando com isso os fenômenos básicos que estão definindo a atual realidade internacional.

4 - A conjuntura brasileira e a via americana

A conjuntura da economia brasileira é hoje a da passagem da Ministra Zélia para o Ministro Marcílio. Pois, de um lado, com a economia estruturalmente tendendo à hiperinflação, mas submetida a um choque, e, de outro, com uma profunda defasagem tecnológica, o Brasil encontra-se como um boêmio que caminha ao lado do abismo; sua chance de cair no vazio é grande. O choque recessivo da Zélia foi aplicado para romper com a hiperinflação, recuperar os instrumentos monetários, financeiros e fiscais para controlar o "deficit" público e as finanças do Estado e principalmente para abrir uma pausa, com a finalidade de formular uma nova estratégia de desenvolvimento. O choque recessivo, interrompendo o movimento ascensional dos preços, permitiu uma certa parada na corrida desproporcional entre eles. E serviu a quem desejava comprar. Um pequeno recuo na velocidade dos preços aumenta o poder de compra dos demandantes. E a demanda sobe, porque também se sabe que, na hora da liberação do congelamento, a volta do crescimento é voluptuosa. Então, depois do choque, houve uma retomada da economia, que promete, no entanto, ser de curto prazo. Talvez um pouco mais demorada do que a dos outros planos, por causa das câmaras setoriais. De qualquer modo, dois grandes problemas não estão resolvidos, e o choque nem trabalhou sobre eles: o investimento em modernização e o investimento em tecnologia. Mas a

conjuntura abriu uma pausa, e Zélia conseguiu segurar a inflação por um tempo, principalmente porque, pela primeira vez, desde 1977, uma pancada da política econômica tinha atingido o principal beneficiário de todos esses tempos, o capital bancário nacional, via política do "Fundão". Essa pausa, que também mudava as condições da relação entre a taxa de juros e a taxa de lucro esperada, foi muito dramática, porque a estratégia recessiva amedrontava os capitais, mas os fazia reagir como feras acuadas. E Zélia acabou por renunciar. E renunciou porque seu projeto ia num sentido semelhante ao Plano Cruzado, uma estratégia que, embora não recusasse o internacionalismo, era ainda nacionalista. E os tempos são mortos para o nacionalismo — não na política, mas, sim, na economia — e sobretudo para as grandes empresas.

Marcílio é vinho de outra natureza, e sua escolha pelo Presidente Collor trouxe uma novidade profunda nessa conjuntura, a pausa que refresca. Numa economia internacional em processo de mundialização, com os Estados Unidos quebrando o clima de conflito entre as superpotências, com o Leste desabando em economias também em grande desestruturação, a solução não era mais a da Zélia; ela, a solução, passava para outro caminho, a via americana. A estratégia agora tem dupla vertente: de um lado, negociar a dívida externa e obter o apoio dos Estados Unidos para a chegada de capitais externos, pois se concluiu que a economia não sai deste embaraço em que está, sem o financiamento internacional; e, de outro, a busca de uma reforma fiscal que assegure, mais adiante, a recuperação da capacidade de financiamento e de investimento do Estado. E só depois é que se pensará na retomada do investimento do capital nacional privado. Frente a essa estratégia, a conjuntura põe inúmeros obstáculos. O primeiro é o retorno da inflação com o rosto do tigre aparecendo logo ali, ou seja, a possibilidade da hiperinflação. A esperança são as câmaras setoriais de controle de preços, a austeridade, etc.; a ameaça, o desbloqueio dos cruzados, a independência dos cartórios e dos oligopólios industriais; etc. O segundo obstáculo são as demoradas discussões com o FMI e a comunidade internacional, etc. Só que, agora, o Brasil está motivado, e o exemplo vem do México com três anos de crescimento alto (média de 5%) e com US\$ 8,4 bilhões de recursos externos em 1990. Se o México pode, nós podemos também — esse o lema. O terceiro obstáculo é a batalha fiscal que será prolongada, além de não fornecer imedia-

tamente as condições para o financiamento público. Mas a verdade é que já temos uma estratégia, e ela representa um retorno à via americana, abandonada nos tempos de Geisel, com o seu projeto de "Brasil Potência". Naquela época, o Brasil jogava em todos os lados do campo.

5 - O sonho brasileiro de uma noite de verão

A economia brasileira, após o "milagre econômico" e o II PND, tinha alcançado uma estrutura produtiva madura — centrada na mecânica e na petroquímica —, o que equivale dizer que ela se aparentava com a da França. Nessa ocasião, o sonho estava explodindo como uma maçã que estivesse ao alcance da mão. Poderíamos ser uma economia do Primeiro Mundo; só faltava superar o "gap" tecnológico. Bastava ter uma estratégia e um acordo político entre as forças sociais. E o sonho poderia chegar a ser realidade. Mas todo o sonho tem uma carga de ilusão. E essa ilusão, no caso brasileiro, envolveu o País durante muito tempo, com tal força, que ele se fechou para o Mundo, preso às correntes das dívidas externa e interna. (Correntes que se transformaram em pedras, que, amarradas ao pescoço do País, o arrastaram ao abismo, onde se encontra hoje. Nada o deteve nessa direção, nenhuma recessão — 1982-84 e 1990-91 —, nenhum plano — nem o Cruzado, nem o Bresser, nem o Verão, nem o Collor I, nem o Collor II interrompeu essa triste caminhada. A única coisa que aconteceu, de diferente, foi que as ilusões, como Balzac escreveu, estavam perdidas.)

Durante esse período trágico, a economia mundial reorganizou-se fortemente, a começar pelas mudanças japonesas do final dos anos 70. E toda uma reformulação da esfera produtiva, envolvendo as novas formas do processo de trabalho e as novas formas gerenciais, consolidava o, lento a princípio e depois rapidamente progressivo, êxito das novas tecnologias que invadiram todos os setores, principalmente bens de capital e bens de consumo durável. Essas metamorfoses constituíam a Terceira Revolução Industrial, pois, como já dissemos, tendo como base a microeletrônica, todo um conjunto de novas tecnologias (desde novos materiais até química fina) foram descolando a nova estrutura produtiva da antiga, fazendo a famosa mudança de pele da serpente. E o Brasil sempre teve a ilusão — e o Plano Cruzado tinha isto fortemente — de que apenas precisaríamos retomar o crescimento com o capital nacional privado, recompor as finanças do Estado e depois atrairmos

o investimento estrangeiro, trazendo dinheiro novo, investimento direto e, sobretudo, tecnologia. Seria o momento do salto. Dito dessa forma, as coisas parecem lógicas. Mas a lógica da estratégia não combina, muitas vezes, com a lógica da economia e do real. E, se o capital e os Governos estrangeiros recusaram a negociação e o acerto na questão da dívida externa, na área tecnológica não queriam nem conversar. Mesmo porque, no capitalismo, inovações tecnológicas só se negociam com as empresas — e estas querem, com algumas exceções e em alguns setores, apenas exportar mercadorias, ganhar mercados e manter a vantagem tecnológica. Enfim, tornar altamente rentável a posse e a propriedade de suas inovações. O que no sistema é justo.

Aqui está tudo — pelo menos na questão industrial. Superado o seu sonho, melhor, o seu devaneio, o Brasil levou um longo tempo para se dar conta da estratégia "Brasil Potência", seja na forma Geisel, seja na versão modificada e de outra espécie de Funaro no Plano Cruzado. Os países avançados começaram a penetrar numa nova fase, a bordo desse fenômeno da globalização, com a chamada Terceira Revolução Industrial. Enquanto os países do capitalismo tardio, entre eles o Brasil, marcavam passo e estavam ameaçados até de retrocesso, já que o desenvolvimento é uma ladeira de onde se despenca, se não se sobe.

O Plano Cruzado foi, de fato, um divisor de águas. E trouxe amargas experiências e depressivas conclusões. Assim, a falência da estratégia nacionalista do "Brasil Potência". Assim, a descoberta da defasagem tecnológica; o Primeiro Mundo já na Terceira Revolução Industrial, e o Brasil retido na Segunda. Assim, o conhecimento, após o Plano, da enorme deterioração da infra-estrutura brasileira — energia, portos, estradas, telecomunicações, malha urbana, saneamento básico, habitação popular —, que fez com que os capitais privados se recusassem a investir. Assim, também, a consolidação da tendência inflacionária no caminho vertiginoso da hiperinflação.

Alguma coisa, no entanto, no período seguinte ao Plano, foi positiva. Afastados da questão tecnológica, já que derrotados na competição do progresso técnico pela recusa dos capitais estrangeiros em se associar, em fazer "joint-ventures", em vender tecnologia, etc., os capitais nacionais dirigiram-se — bem como inúmeros capitais estrangeiros aqui instalados — para a tecnologia organizacional, e houve uma reordenação do espaço fabril. De tal modo que essas empresas conseguiram reaver, através das

alterações nos "lay-outs" das fábricas e na economia de estoques que alcançaram com os métodos japoneses, uma capacidade ociosa planejada, ou seja, se a via americana trouxer a possibilidade de retomada do desenvolvimento sustentado, essas empresas estão preparadas para a resposta. A limitação continuará sendo a infra-estrutura. Mas o saldo positivo foi que o setor privado acabou por se introduzir nas questões decisivas da produtividade, da qualidade e da competitividade, seguindo, apesar de tudo, o itinerário da modernidade crescente. Buscou manter-se vivo na direção do futuro.

6 - O Estado em choque

Para conseguir os objetivos da economia brasileira, o Estado teve um papel fundamental, assumindo, a partir dos anos 30, uma função de liderança, que passou pela regulação da relação capital/capital e da relação capital/trabalho; espraiando sua atividade e seu planejamento por todos os setores; interferindo e atuando na produção; participando no controle da moeda e dos circuitos financeiros; trazendo para si o papel de financiador da área industrial, da área agrícola, da área de serviços e da área tecnológica; criando um conjunto de atividades na área social, desde a educação até a previdência; definindo sempre o salário mínimo e os reajustes salariais; etc. Um dos grandes êxitos do Estado brasileiro deu-se na constituição do modelo tripartite, quando o Brasil construiu o pólo da Bahia, a partir do esquema: 1/3 de capital estatal, 1/3 de capital privado nacional (geralmente financiado pelo Estado) e 1/3 de capital estrangeiro.

Mas o Estado Desenvolvimentista, que foi o nosso correspondente do Estado keynesiano, também entrou em derrocada. A sua ruína deu-se de forma violenta. Foi estrangulado pelas duas dívidas públicas e tornou-se um fantasma, um espectro do que tinha sido. A "privatização" de seus órgãos (dominados que eram por empresas privadas em atividade no setor) segmentou-o todo, e, com a força do estilhaçamento de sua estrutura, mergulhou num "deficit" público aprisionante. Além de acabar com o planejamento, o Estado foi possuído por burocracias que se aliaram com capitais diversos e permitiu o corporativismo paralisador, bem como o emprego público extensivo. Liquidou quase por completo as suas funções sociais e ajudou a controlar e a derrotar o seu rebento preferido, o capital estatal, seja

pelo endividamento internacional forçado; seja pela política de tarifas; seja pela suspensão dos investimentos e da pesquisa tecnológica, uma das mais avançadas no Brasil; etc.

A vitória eleitoral do Presidente Collor foi um triunfo importante de se analisar. O Estado Nacional abarca, na sua autonomia relativa, os conflitos diversos entre os grupos sociais e arbitra as soluções indispensáveis, que não disfarçam a sua impossível neutralidade. A hegemonia política da classe empresarial, por exemplo, sempre foi muito clara e muito nítida e imperiosa durante a vigência do Estado Desenvolvimentista. Porém, quando esse Estado se atrofiou e anulou sua capacidade de gerir a política econômica e se emborçou na sua fragilidade financeira, o melhor que poderia acontecer, para um candidato vencedor e para a Nação, era que o eleito subisse acima das classes. Por isso, embora o Presidente não seja um homem desvinculado de um grupo social, de uma classe, na sua campanha e na sua vitória, o que ele obteve foi uma conquista distanciada dos compromissos imediatos com qualquer segmento da sociedade. O seu compromisso mais profundo era com a economia de mercado e com o desenvolvimento do capitalismo.

O substancial desse resultado solitário está na sua possibilidade de tentar refazer todo esse monstro encarrilhado, que é o Estado Nacional. Collor assumiu livre para reordená-lo em função das novas dimensões da economia e das finanças mundiais, bem como do novo Estado Nacional da mundialização. Isso significa ter como meta e ideal um Estado leve, eficiente, amplamente privatizado, informatizado, com burocracias mais modernas, abandonando a produção, liquidando cartórios industriais e bancários, atuando na área social de forma mais decisiva, fazendo planejamento indicativo, deixando a política industrial para as empresas, preocupando-se com controles monetários e financeiros, interferindo pouco no financiamento do investimento, etc. Claro que o Governo Collor, tomado pelo liberalismo, enfrentou uma verdadeira tempestade hiperinflacionária, que ajudou a alimentar pelo seu comportamento na hora da passagem do Governo Sarney. E daí, por consequência, suas medidas foram audaciosas, como o bloqueio dos cruzados, e simplórias, como aquelas referentes à dispensa de funcionários públicos, mas as suas metas e ideais continuaram.

O processo que desembocou na eleição e no Governo Collor já criou um espaço novo, um deslocamento, que está permitindo, apesar de ser ainda um lugar vazio, vislumbrar

o horizonte de um outro Estado. A grande dificuldade está na incapacidade de o Governo formular um novo projeto nacional. Já não valem — e mesmo alguns estão emperrados — os instrumentos do Estado Desenvolvimentista, e ainda não foram criadas as condições de desempenho do novo Estado. Porém conseguiu o Presidente Collor cindir-se politicamente dos compromissos do antigo, o que lhe permite pensar uma outra configuração do aparelho e das funções estatais. Qualquer que seja a solução dos tempos vindouros, esse novo Estado Nacional da mundialização ainda não está estruturado definitivamente em todo o Mundo, mas vai causar, certamente, mudanças no Estado brasileiro, que acolherá características resultantes da competição econômica e política dos parceiros e adversários sociais inscritos no Brasil. Tudo isso ainda é muito recente, o novo Estado prossegue em xeque, pois todas as dificuldades estruturais econômicas, políticas e sociais que apontamos se expressam nesta ânsia destruidora, devoradora e perversa que nasce do ventre da hiperinflação e que ameaça a nossa conjuntura de todo dia, a conjuntura de hoje.

7 - A cortina da hiperinflação

O primeiro ponto a reafirmar na conjuntura atual é essa tendência do sistema econômico brasileiro à hiperinflação. A elevação desordenada de preços, ao contrário do que afirmam certos interessados, não é a causa da deterioração da economia brasileira. Ela é nada mais nada menos do que um sintoma. E, no caso, expressa — enfaticamente — uma violenta competição entre todos os capitais e um desacordo social imenso entre setores líderes da sociedade, incluindo o capital internacional. E a hiperinflação dramatiza o efeito de uma tentativa irracional da sociedade para produzir uma reformulação decisiva da sua estrutura, em condições já descritas. Só que tudo isso é realizado através de enormes divergências de interesses e de expectativas. Economicamente, a gênese inflacionária brota dos "mark-ups" das grandes empresas — que têm a sua voracidade de lucros realimentada pela competição entre elas via preços —, seguidos pelas taxas de juros, pelo "deficit" público, pelos preços agrícolas reais ascendentes, pelos aumentos de salários, etc., que promovem a propagação do rastilho inicial. Já as dificuldades macroeconômicas e políticas, onde a hiperinflação se expressa, são marcadas por outros fatores, principalmente

pela estratégia diferenciada dos diversos atores econômicos, no toque de uma definição global para o desenvolvimento do capitalismo no País. Dessa forma, a hiperinflação tornou-se uma estrutura e uma tendência persistentes, que atuam sobre a área da economia e a área estratégica da política econômica. Interessa-nos menos a descrição dos processos inflacionários e hiperinflacionários no momento, e preocupa-nos mais o dado estrutural, político, que desabrocha na luta agressiva, viral, de todos os segmentos sociais, principalmente neste conflito estrutural-conjuntural da atualidade. Então, vejamos o que está ocorrendo.

Os grandes capitais, com base na produção, ambicionam internacionalizar-se e passar tanto a exportar mais como a efetuar investimento direto em outros países, seja em fábricas ou em pesquisa e desenvolvimento. Pretendem transformar-se em multinacionais, sem o que estarão fora da concorrência planetária nesta fase da mundialização. Os grandes capitais nacionais, centrados no sistema bancário, sempre pretenderam mudanças na economia brasileira, desde que mantivessem a sua rentabilidade cativa, no estilo da ciranda financeira ou de qualquer outra especulação desenvolva. É da natureza do sistema capitalista a especulação. E, portanto, aqui esse capital cumpre uma das funções do sistema, visando ao incremento da acumulação líquida. Mas é também uma necessidade do sistema atuar na intermediação financeira em apoio ao investimento produtivo e tecnológico. Nesse ponto, o grande capital com dominância bancária não tem atuado, deixando para o capital internacional, para o capital bancário estatal e para o investimento público essas tarefas. Sua função tem sido a de caixa da sociedade, com a aplicação especulativa dos recursos sobranes, o que tem feito com êxito. E a hiperinflação tem sido um reforço à enorme potência desse agente econômico. A sua grande derrota, pelo menos parece até agora, ocorreu no Collor II, quando o "Fundão" liquidou o "mobile perpetuum" do "over".

Por sua vez, os grandes capitais comerciais trabalham afanosamente para superar a extraordinária queda da demanda, em função, principalmente, do crescente colapso do nível de renda dos assalariados públicos e privados, sem deixar de elevar seus preços na tentativa de parar a hemorragia dos seus lucros e de alcançar um nível de competição imprescindível. De quebra, os setores mercantis têm parentesco com a área financeira e atuam na atividade especulativa com surpreendente sucesso. Já o setor agrário

se encontra tão apertado e tão perplexo, tanto pela falta de política agrícola e de crédito adequado quanto pelos conflitos no campo, pela falta de estradas escoadoras da safra, pela modificação dos mercados internacionais, pela especulação mercantil com produtos agrícolas, etc., que o seu descontentamento já está chegando ao total desânimo.

No tocante ao capital estatal, já dissemos alguma coisa. Até agora foi o grande perdedor, pois foi colocado numa defensiva alucinante, quer pelos constrangimentos exigidos pelo capital estrangeiro, quer pela própria política econômica do Estado. O Brasil perdeu com ele, através da sua derrota política e econômica, algumas possibilidades de avanço industrial e tecnológico, que algumas estatais representavam. Está agora na mira da privatização, de onde poderá sair, quem sabe, mais respaldado e mais fortalecido. Deixando o capital estatal e passando ao exame dos capitais médios e pequenos, cabe dizermos da sua luta desesperada para se manterem navegando numa conjuntura ampla de "stag(hiper)inflação", uma vez que a recessão é um efeito que provoca a eminência de seu desaparecimento, de sua evaporação. Vemos um setor empresarial que não tem saída — animal convulsionado e acuado — que sai atirando para todos os lados, levando lenha à fogueira e reagindo como pode: aumento de preços, desemprego, sonegação, lançamento de produtos de melhor ou pior qualidade, conforme a sua estratégia audaciosa ou suicida.

Falando do capital internacional produtivo instalado no País, ele freou e chegou a deslocar, mesmo, os seus investimentos para outras regiões do Mundo. A hiperinflação para ele funciona duplamente: de um lado, é obrigado a participar dessa competição mortífera, pois tem de manter a rentabilidade dos seus ativos, o que faz, geralmente, com acerto; de outro, a hiperinflação desestimula-o a novas aplicações em função da alta perturbação econômica. Podemos até dizer, a esta altura da análise, que a hiperinflação funciona como uma cortina protetora, uma espécie de reserva de mercado, uma vez que impede a entrada de novos competidores estrangeiros no mercado brasileiro. Agora, se olharmos o outro capital internacional, o bancário, veremos que ele está acuado um pouco, nos Estados Unidos sobretudo, por novos fundos de capitais, que não passam por sua intermediação como os fundos de pensões e seguros. Mas ele está numa posição de força na negociação da dívida brasileira, principalmente com o apoio dos governos nacionais. A preocupação desses capitais é negociar a

com políticas econômicas parciais e reduzidas (monetária, financeira e fiscal), tem mantido essa tendência hiperinflacionária, apesar dos choques e dos congelamentos. É importante dizer que, estando envolvido em tantas condições, sem projeto, com excesso de pessoal, com empresas estatais deficitárias, com máquina ineficiente, com a questão das dívidas dos governos estaduais, etc., o Estado tem na hiperinflação uma inimiga e uma aliada. Inimiga, porque a alta instabilidade econômica instabiliza-o também, mas, paradoxalmente, em dois aspectos, ela é companheira, já que o Estado tem se beneficiado dela. Se pensarmos bem, a contundente hiperinflação já causou profundos danos nos salários de seus funcionários, pois, além de baixar a renda, vai, paulatinamente, desgastando esse corporativismo defensivo e provocando no servidor o desejo de evasão do setor público. Num segundo aspecto, a ameaça que a hiperinflação causa nas estatais, quer pelo endividamento, quer pela carência de reajustes das tarifas, quer pelo próprio corporativismo, robustece a necessidade de privatização, ou seja, a irracionalidade da rede hiperinflacionária está funcionando também como um solucionador do caos administrativo da área estatal.

A hiperinflação é, assim, um aguçamento da luta dos diversos grupos sociais, por se manterem com o menor desgaste possível e, quem sabe, com vantagens, na busca de receitas, lucros e salários e rendas, bem como no enfrentamento das questões da mundialização e da Terceira Revolução Industrial, que o Brasil tem de resolver. O País tem respondido a todo esse vendaval caoticamente. E o Governo, com níveis diversos de consciência e de propostas, de planos e congelamentos, não tem conseguido alcançar patamares de solução que dêem a economia uma trajetória de desenvolvimento econômico e social de longo prazo. O que tem ocorrido, e a hiperinflação provocou este efeito, é a ruptura desse longo prazo, lançando o País, o Governo e a política econômica na errância não do curto prazo, mas do curtíssimo. Por isso, foram abandonados o planejamento e as políticas transformadoras: industriais, agrícola, tecnológica, sociais, tributária, de rendas, etc.

8 - Tentativa de Marcílio

Desenhamos um quadro de luta social intensa, onde o desacordo dos setores sociais é notório, não havendo nenhuma liderança e hegemonia que dê ao Governo brasileiro

uma direção. Por isso, ele não tem projeto; e não tem porque não consegue essa unidade política, econômica e social em torno de si. Dessa forma, estrutura e conjuntura fazem-se visíveis na superfície dos embates nacionais. Estamos na iminência de novas perdas, regressões e afastamentos. Perdas como as do capital estatal, regressões como as da produção do setor agrário, afastamentos como os do capital internacional e da Revolução Industrial. Apesar de tudo, o Estado está forte, pois o bloco empresarial mantém a hegemonia da economia de mercado, mas o Governo está desarmado, não há acordo entre os setores sociais para que ele tenha unidade. Cada um puxa para um lado, e falta o sentido do todo na sua trajetória. A política da Zélia conseguiu uma pausa na volúpia inflacionária, e o Governo pôde olhar o panorama e perceber, através da bruma menos densa dessa pausa, as duas possibilidades longínquas da reativação da economia: a do capital estrangeiro, a partir da via americana de solução do endividamento externo, e a da reforma fiscal, que daria uma maior liberdade financeira ao Estado. Mas estamos ainda no escuro, distanciados meses das tentativas dessas soluções. Estamos andando, é certo, mas com o coração informado de que demos adeus à primeira onda da Revolução Industrial. E também com o coração amedrontado: o urro da hiperinflação está sempre presente. O que também é certo é que a História deu mais um passo, e esta nova era já tem as suas tendências definidas, as quais tentamos discutir na primeira parte do texto. Tendências que atuam sobre as nossas estruturas e a atual conjuntura. Enquanto vivíamos a ilusão do "Brasil Potência", a História fabricava um novo caminho, que hoje se põe diante de nós como já estruturado. É indispensável a nossa resposta para seguirmos com um mínimo de integridade e de identidade. O desacordo social entre nós é intenso, houve uma pausa, e há uma proposta. Se der certo, o bloco empresarial está disposto a aderir. Seja como for, a lucidez e a calma fazem parte da descoberta do caminho. Essa parece ser a tentativa de Marcílio, mesmo que seja nesta via, tão trôpega, como a via americana.